



A DOCÊNCIA NEOLIBERAL: PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NO TRABALHO EDUCACIONAL

Diana Juciéli Ribeiro

Doutoranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS, *Campus Cerro Largo*)

Marcelo Ordesto Rodrigues

Doutorando em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS, *Campus Cerro Largo*) e bolsista CAPES

Marjorie Bier Krinski Corrêa

Doutoranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS, *Campus Cerro Largo*) e bolsista CAPES

Odair Leandro Krinski Corrêa

Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS, *Campus Cerro Largo*)

Rodrigo Magnos Soder

Doutoranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS, *Campus Cerro Largo*) e bolsista CAPES E-mail: marjorie.bier@estudante.uffs.edu.br

1. Introdução

A educação, em suas diversas modalidades e níveis, configura-se como eixo estratégico para o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma nação. Contudo, os sistemas educacionais têm sido progressivamente moldados por uma lógica produtivista, na qual a escola assume uma função instrumental voltada à eficiência, competitividade e adequação dos sujeitos às exigências do mercado. Nessa perspectiva, Saviani (2002) identifica dois momentos distintos: o primeiro, entre 1950 e 1970, marcado pela influência do taylorismo-fordismo e pela pedagogia tecnicista; o segundo, a partir do final dos anos 1980, orientado pelo modelo toyotista, que sustenta as reformas neoliberais por meio da flexibilização e da intensificação da lógica gerencial no âmbito escolar.

Diante desse cenário, torna-se necessário compreender os efeitos dessas transformações sobre o trabalho docente, especialmente quanto à intensificação e precarização das condições laborais. As reformas neoliberais provocam reestruturações profundas, expressas na redefinição dos currículos, imposição de metas e valorização de



indicadores de desempenho que agravam a responsabilização individual e o adoecimento profissional. Justifica-se, assim, este estudo, que objetiva analisar criticamente as múltiplas dimensões do trabalho docente contemporâneo, relacionando-o às políticas educacionais em curso e ao desenvolvimento regional, contribuindo para o debate sobre a valorização do magistério e a defesa de uma educação pública pautada na equidade e na justiça social.

2. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, fundamentando-se na análise bibliográfica e documental. A escolha por esse delineamento justifica-se pela necessidade de compreender criticamente os processos históricos, políticos e sociais que moldam as políticas educacionais sob a influência do ideário neoliberal. A pesquisa foi orientada pela seleção e exame criterioso de obras teóricas, legislações, relatórios institucionais e produções acadêmicas relevantes, com o intuito de identificar categorias e conceitos que subsidiassem a problematização do fenômeno investigado. A ênfase recai sobre a interpretação dos sentidos atribuídos às reformas educacionais e seus desdobramentos no trabalho docente, buscando construir uma reflexão analítica que transcenda a descrição dos fatos e revele as contradições inerentes às dinâmicas impostas aos espaços escolares.

3. Resultados e discussão

O capitalismo, marcado por crises e contradições, reestrutura-se continuamente com o objetivo de elevar a produtividade, impondo uma lógica de maximização da eficiência que molda o pensamento e a ação em todas as esferas sociais. Conforme Laval (2019), essa racionalidade se expressa no aumento dos controles, na centralização das decisões e na prescrição de tarefas e procedimentos, impactando diretamente o trabalho docente ao gerar previsibilidade de comportamentos e padronização de resultados. Nessa perspectiva, o educador, segundo Saviani (2019), é substituído por um treinador, e a educação passa a ser reduzida à doutrinação e ao treinamento de mão de obra, esvaziando seu caráter formativo e crítico.



Ao buscar gerir a escola nos moldes empresariais, instaura-se uma lógica gerencialista que, conforme denúncia Laval (2019), visa introduzir “chefes de verdade” para mobilizar energias, controlar os docentes e implementar inovações sob a ótica do mercado. Ravitch (2011) acrescenta que os reformadores corporativos compartilham da crença de que a “mão invisível” do mercado será capaz de transformar a educação, subordinando-a às dinâmicas da competitividade e do lucro.

A visão economicista e tecnocrática da educação no Brasil segue orientações de organismos internacionais como a OCDE e o Banco Mundial. Conforme Libâneo (2012), o país passou a adotar essas diretrizes a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990), durante o governo de Fernando Collor. No governo de Fernando Henrique Cardoso, essas orientações se consolidaram com a implementação do Plano Decenal de Educação para Todos, priorizando a descentralização de recursos, a avaliação educacional, a educação a distância, a formação docente, a criação da LDB (Lei nº 9.394/1996) e das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nos governos de Luís Inácio Lula da Silva, destacam-se a criação do FUNDEB, do IDEB, do piso salarial docente e a obrigatoriedade da educação dos 4 aos 17 anos, além de políticas de expansão do ensino superior, como o ProUni, o Reuni, a Universidade Aberta do Brasil e o fortalecimento da rede federal de educação tecnológica. Já o governo Michel Temer foi marcado pela promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Segundo Libâneo (2012), todas essas ações mantêm o alinhamento às diretrizes do neoliberalismo global. Apesar de avanços pontuais, a avaliação do Plano Nacional de Educação (2014–2024/2025) revela que a maioria das 20 metas estabelecidas não foi cumprida, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais eficazes e equitativas.

A história do capitalismo no campo educacional é marcada por rupturas e desarticulações sob a égide do enxugamento do Estado e do déficit público. Dessa forma, as mudanças ocorridas nos sistemas educacionais, nas últimas décadas, trazem implicações nas condições estruturais do trabalho docente. Tais transformações, intensificadas a partir da década de 1990, estabeleceram novos paradigmas orientados pela lógica econômica da teoria do capital humano e pelas formas de inserção da educação no processo econômico-produtivo. Esse contexto passa a determinar o comportamento



dos trabalhadores e impõe uma busca contínua por qualificações que garantam sua empregabilidade e evitem a exclusão social.

Nessa racionalidade, segundo Han (2019), surge o “empresário de si mesmo”, sujeito moldado pela lógica da performance e da produção, presente tanto na informalidade quanto nos empregos formais, públicos ou privados. Para Saviani (2019), esse modelo é sustentado por um discurso que enfatiza o fracasso da escola pública e a superioridade da iniciativa privada, legitimando a centralidade das leis de mercado na educação. No entanto, essa maximização do trabalho e do desempenho resulta, segundo Han (2019), na autoexploração — mais eficaz que a exploração imposta por terceiros —, pois é vivida como liberdade. Nesse modelo, não há necessidade de controle externo, pois o próprio sujeito se torna agressor e vítima, guiado por metas, projetos e motivações internas, substituindo normas e proibições por mecanismos de autogerenciamento e submissão voluntária.

4. Considerações finais

Os dados indicam que o modelo de desenvolvimento profissional docente está fortemente alinhado aos princípios da racionalidade neoliberal, centrada na eficiência, produtividade e versatilidade. Inseridos em uma estrutura flexível e multifacetada, os professores passam a internalizar práticas e discursos que refletem as exigências de um sistema organizacional voltado para o desempenho e a redução de custos. Esse modelo busca extrair o máximo com o mínimo de recursos, adaptando os sujeitos às novas representações de mundo, nas quais a competitividade e a adaptabilidade substituem a cooperação e a estabilidade profissional.

Esse caráter gerencialista aprofunda a responsabilização individual dos docentes pelos resultados educacionais, ao mesmo tempo em que o Estado se exime de seu papel na formulação de políticas públicas voltadas à valorização do magistério e à melhoria da qualidade da educação. Termos como “autonomia”, “descentralização” e “participação” são apropriados para legitimar uma lógica excludente, que transforma a escola em unidade de gestão e o professor em executor de metas. Assim, o sistema educacional adota práticas empresariais que fragilizam a estrutura escolar, precarizam as condições de trabalho e contribuem para o desmonte da educação pública em favor de interesses



privatistas.

Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2024**. – Brasília, DF: Inep, 2024. 625 p. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/estudos-educacionais/inep-lanca-relatorio-do-5o-ciclo-de-monitoramento-do-pne>>. Acesso em: 10 de out. 2024.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. RJ: Vozes, 2017. 4ª reimpressão, 2019.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: O neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução: Maria Luiza M. de Carvalho e Silva - São Paulo, SP: Boitempo, 2019.

LIBÂNEO, J. C.; Oliveira, J. F.; Toschi, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012. 543 p.

RAVICH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. Tradução: Marcelo Duarte. Porto Alegre, RS: Sulina, 2011.

SAVIANI, Demerval. **Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação**. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. (orgs.) Capitalismo, trabalho e educação. São Paulo: Cortez Autores Associados, 2002. P. 13-24.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.